



041

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME, DA SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da América, 210-parte, Santo Cristo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.735.385/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38;

ven, pelo presente, e na melhor forma de direito, celebrar o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme da Emissora (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de agosto de 2012 (a “AGE”), nos termos dos artigos 59 e 122 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 22 de agosto de 2012 (a “RCA”), nos termos do Estatuto Social da Emissora e da Lei das Sociedades por Ações.

**CLÁUSULA II  
REQUISITOS**

A 1ª emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (“Emissão” e “Debêntures”), e a distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a “Instrução CVM 476”), das Debêntures (a “Oferta”), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:



Handwritten signature and stamp area on the right side of the document.

05/

## 2.1. Dispensa Automática de Registro na CVM e na ANBIMA

- 2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, caput, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores;
- 2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

## 2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE

- 2.2.1 As atas da AGE e da RCA que aprovaram a emissão serão registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (a "JUCERJA"), e serão publicadas no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no (ii) Jornal Corporativo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3. Inscrição e Registro desta Escritura

- 2.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura registrada na JUCERJA em até 5 (cinco) dias após a obtenção do arquivamento.

## 2.4. Registro para Colocação e Negociação

- 2.4.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (a "CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2. abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima e 3.7.1 abaixo, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.



*[Handwritten signature]*

06/

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com o artigo 3º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros, conforme Decreto nº 24.013 de 27 de janeiro de 1998, e atividades correlatas, conforme o Edital de Pré-Qualificação e de Licitação PED/ERJ nº 01/98 ("Edital") da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização do Estado do Rio de Janeiro, inclusive as relativas à execução da recuperação da parte material rodante do sistema da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens e a execução do Programa de Serviços e Obras, conforme definido no Edital e no contrato de concessão entre a Emissora e o Estado do Rio de Janeiro ("Contrato de Concessão"); e (ii) participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades, desde que suas respectivas atividades não afetem a prestação dos serviços descritos no item (i) acima.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1 A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1 O Valor Total da Emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

#### 3.4. Número de Série

3.4.1 A Emissão será realizada em série única.

#### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

#### 3.6. Destinação de Recursos

3.6.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para o alongamento do perfil da dívida da Emissora e capital de giro.

#### 3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") ou "Coordenador Líder") e do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e, em conjunto com o BB-BI, os "Coordenadores"), nos termos do instrumento



*[Handwritten signature]*

02/1

particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de distribuição, da espécie quirografária, em série única, em regime de garantia firme, da 1ª Emissão da Emissora, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (o "Contrato de Colocação").

- 3.7.2 Os Coordenadores se comprometem a realizar a colocação da Oferta em regime de garantia firme de colocação para as Debêntures, sem solidariedade entre si, no montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) em até 10 (dez) dias.
- 3.7.3 O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (o "Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.7.4 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, respeitado o disposto na Cláusula 3.7.1 acima.
- 3.7.4 Não é permitido realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.7.5 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, assim entendidos como (i) instituições financeiras, (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização, (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar, (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, (v) fundos de investimento, (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 405, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, combinado com o artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 3.7.6 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas investidores qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



68/

### 3.8. Banco Mandatário

3.8.1 O banco mandatário da presente Emissão será o Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

### 3.9. Agente Escriturador

3.9.1 O agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 09 de novembro de 2012 (a "Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie.** As Debêntures serão de espécie quirografária, sem a outorga de quaisquer garantias.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 09 de maio de 2014 (a "Data de Vencimento").

4.1.5 **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil Reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.1.6 **Quantidade.** Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

### 4.2. Remuneração

4.2.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal equivalentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos



*[Handwritten signature]*

09/

DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, a contar da data da primeira subscrição e integralização e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo (“Remuneração”).

4.2.2 A Remuneração será paga na Data de Vencimento das Debêntures.

4.2.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos, conforme definido adiante, ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$n_{DI}$  = Número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro.



Handwritten signature and stamp.

10

$TDI_k$  = Taxa DI- *Over*, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = *Spread* ou Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde,

*Spread* = Sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, no valor de 1,5000.

DP = É o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização, último pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



Handwritten signature and initials.



11/11

O fator resultante da expressão (FatorDIxFatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.4 Observado o disposto no item 4.2.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.5 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início deste item 4.2.5., convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.6 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 9.2.3 abaixo), a Emissora obriga-se a resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e,



Handwritten signature.

conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

- 4.2.7 Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de data da primeira subscrição e integralização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, conforme item 4.2.2.

#### 4.3. Local de Pagamento

- 4.3.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, por meio do Banco Mandatário e Agente Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.4. Prorrogação dos Prazos

- 4.4.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, previstas e decorrentes desta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial da Emissora ou expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.5. Encargos Moratórios

- 4.5.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso comprovadamente imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (os "Encargos Moratórios"), além das despesas incorridas para cobrança.

#### 4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.6.1 Sem prejuízo do disposto nos itens 4.2. e 4.5.1. acima, não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dá direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.



*[Handwritten signature]*

130

#### 4.7. Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1 A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, pelo Valor Nominal Unitário, em uma única data, em até 10 (dez) dias contados da data de início de distribuição comunicada pelos Coordenadores da Oferta.

#### 4.8. Atualização do Valor Nominal

4.8.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 4.9. Repactuação

4.9.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.10. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.10.1 A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o extrato expedido pela CETIP em nome dos titulares das Debêntures.

#### 4.11. Imunidade de Debenturistas

4.11.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.12. Amortização

4.12.1 O Valor Nominal das Debêntures será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures.

#### 4.13. Publicidade

4.13.1 Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Corporativo. A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares das Debêntures ou ao Agente Fiduciário.

#### 4.14. Aquisição Facultativa



*[Handwritten signature]*

- 14
- 4.14.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) que venham a ser adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), conforme aplicável.

## CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO TOTAL E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARCIAL

### 5.1. Resgate Antecipado Total

- 5.1.1 A partir do 7º (sétimo) mês contado da Data de Emissão, mediante comunicação ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do resgate ("Comunicação de Resgate"), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada desde a Data da Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate *pro rata temporis* ("Resgate Antecipado").
- 5.1.2 Na Comunicação de Resgate deverão constar: (i) a data do Resgate Antecipado; (ii) que o valor de resgate corresponderá ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada desde a Data da Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate *pro rata temporis*; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.
- 5.1.3 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 5.1.4 A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência com o Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado.



150

## 5.2. Amortização Extraordinária

- 5.2.1 A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) de forma parcial, mediante o pagamento de parte do saldo não amortizado de seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada desde a Data da Emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva amortização *pro rata temporis* ("Amortização Extraordinária"), mediante comunicação ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da Amortização Extraordinária.
- 5.2.2 A Amortização Extraordinária se dará de forma proporcional ao número de Debêntures detida por cada Debenturista.
- 5.2.3 O pagamento das Debêntures amortizadas por meio de Amortização Extraordinária será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (os "Eventos de Inadimplemento"):

- (i) Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanada dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data do inadimplemento;
- (ii) Declaração de vencimento antecipado de contratos financeiros firmados entre a Emissora e os Coordenadores;
- (iii) Protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;



16/11

- (iv) Não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (v) Inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário.
- (vi) Cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, excetuando-se, contudo, qualquer reorganização na qual a Emissora ou sua(s) sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Odebrecht S.A. ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (holding) da Organização Odebrecht;
- (vii) Se houver qualquer alteração, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, excetuando-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, na qual a Emissora ou sua(s) sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Odebrecht S.A. ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (holding) da Organização Odebrecht;
- (viii) Caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura provem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas, e tal ocorrência não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora da notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário;
- (ix) Se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (x) Se a Emissora (i) solicitar moratória ou (ii) tornar-se comprovadamente insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência, ou se a Emissora tiver sua falência decretada por sentença judicial transitada em julgado; ou (iii) for extinta ou dissolvida;



*[Handwritten signature]*

- (17)
- (xi) Alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que altere substancialmente as suas atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;
  - (xii) Redução de capital da Emissora, com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
  - (xiii) Transformação da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (xiv) Pagamento de dividendos, ressalvando o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora de obrigação pecuniária perante os Debenturistas desta Emissão;
  - (xv) Contratação pela Emissora de novos endividamentos em valores superiores a R\$ 90.000.000.00 (noventa milhões de reais), com exceção aos financiamentos contratados e em fase de enquadramento e/ou contratação junto ao BNDES; e
  - (xvi) não utilização, pela Emissora dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.6 acima.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "i", "ii", "iii", "iv", "vi", "vii", "x", "xii", "xiii", "xiv" da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "v", "viii", "ix", "x", "xi", "xv" e "xvi" da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 03 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.4. A Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 9.2.2 desta Escritura, os titulares da Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.



18

- 6.5. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima em primeira convocação, conforme previsto na Cláusula 9.2.2 desta Escritura, e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.3 acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.
- 6.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 11.1 desta Escritura, ou por aviso de recebimento.

## CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora obriga-se a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, em até 04 (quatro) meses contados do exercício social findo.
  - (ii) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da solicitação por escrito pelo Agente Fiduciário, todas as informações e documentos necessários razoavelmente solicitados por ele para o desempenho de suas funções relativas às Debêntures, nos termos desta Escritura da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
  - (iii) divulgar, em até 05 (cinco) dias úteis da data em que forem divulgados ao mercado, os atos e decisões da Emissora destinados aos Debenturistas ou que os afetem, direta ou indiretamente;



*[Handwritten signature]*



- 198
- (iv) os comprovantes de cumprimento das obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
  - (v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
  - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), em até 30 (trinta) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes; e
  - (vii) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social
- (b) comunicar imediatamente aos Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa inviabilizar a capacidade de pagamento pela Emissora de todos os valores devidos aos Debenturistas;
  - (c) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), exceto pelo incisos III do referido artigo;
  - (d) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
  - (e) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
  - (f) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência da Debêntures, arcando com os custos do referido registro.



- (g) remunerar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- (h) não obstante o disposto no item 7.2 abaixo, cumprir com todas as obrigações aplicáveis à Emissora relacionadas na Instrução CVM 476;
- (i) apresentar, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis, ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (j) colocar à disposição do Agente Fiduciário e dos Coordenadores dados, informações e documentos necessários à execução das atividades contratadas, de forma a atender ao princípio do *full disclosure* aplicável às emissões públicas de títulos e valores mobiliários, sendo certo que os Coordenadores deverão observar as disposições de confidencialidade a eles aplicáveis por força do disposto nesta Escritura;
- (k) arcar com os custos relativos à Emissão;
- (l) efetuar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, desde que sejam legalmente de responsabilidade da Emissora;
- (m) prestar as informações necessárias para o preparo pelos Coordenadores e pelo Assessor Legal dos documentos necessários para a realização da Emissão e ao registro e liquidação das Debêntures;
- (n) comunicar, no prazo de até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (o) convocar, nos termos da Cláusula IX, Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme aplicável, para deliberar sobre quaisquer matérias que se relacionem diretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável; e
- (p) comparecer, por meio de seus representantes ou procuradores, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

7.2. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM;



- 21
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;



2K

- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) que é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (xi) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (xii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xiii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos que tivesse conhecimento; e
- (xiv) que o seu representante legal que assina esta Escritura tem poderes autorizados e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu respectivo Estatuto Social.

### 8.3. Substituição

- 8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora,



7261314

239

por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 08 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, salvo se for negociada outra com a Emissora e por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, sendo o pagamento da referida remuneração de integral responsabilidade da Emissora, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

- 8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.3.3 É facultado aos Debenturistas e à Emissora, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 8.3.4. abaixo; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28.
- 8.3.4 A Emissora deverá indicar outra instituição para exercer a função do Agente Fiduciário, que será apreciada pela Assembléia Geral dos Debenturistas. A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo). Caso os Debenturistas não aprovem a indicação feita pela Emissora no prazo estipulado, esta deverá submeter à apreciação dos Debenturistas outro agente fiduciário. Este procedimento, respeitados os prazos previstos nesta Escritura, será adotado tantas vezes quantas necessárias até que os Debenturistas tenham aprovado pelo menos 1 (um) dos agentes fiduciários apresentados.
- 8.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA.
- 8.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas suas obrigações sob esta escritura, a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



24

- 8.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto.
- 8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.
- 8.3.9 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar à Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 8.3.10 O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada ou na forma solicitada pela Emissora (desde que não sejam as vias originais) de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

#### 8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;



*[Handwritten signature]*

25

- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária, na Emissora, às suas expensas;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (xii) comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - xiii.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o



26

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- xiii.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - xiii.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, quando aplicável, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - xiii.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - xiii.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - xiii.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - xiii.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - xiii.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- xiv.1) na sede da Emissora;
  - xiv.2) no seu escritório;
  - xiv.3) na CVM;
  - xiv.4) na CETIP; e
  - xiv.5) no endereço dos Coordenadores, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos nesta Escritura, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;



BRASIL  
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CVM

*[Handwritten signature]*



27/

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer um dos Garantidores, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

xviii.1) à CVM; e

xviii.2) à CETIP;

(xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos item 6.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

(xx) disponibilizar o cálculo da Remuneração das Debêntures, realizado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas ou à CETIP através de sua central de atendimento e/ou *website*; e

(xxi) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

8.4.2 Os atos do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

## 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da



*[Handwritten signature]*

28/10

comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora, respeitada as disposições legais aplicáveis;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) do item 8.5.1 acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo). Na hipótese da alínea (iv) do item 8.5.1, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

8.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

#### 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcela única no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), pelos 18 (dezoito) meses de duração da presente Emissão, sendo o primeiro pagamento devido até o 10º (décimo) dia útil a contar do recebimento da fatura de serviços enviada pelo Agente Fiduciário à



29/11

Emissora. A remuneração referida continuará sendo devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário estiver atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora

8.6.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*.

8.6.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.4 A parcela citada na cláusula 8.6.1 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir diretamente sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente indicada por este na carta de cobrança, a ser encaminhada no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.6.6 A remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas, ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede da Emissora.

## 8.7. Despesas

8.7.1 A remuneração prevista no item 8.6 acima não inclui despesas razoáveis e eventuais, consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão reembolsadas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cartas de cobrança de reembolso, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, sendo que no caso de despesa individual abaixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada.



Handwritten signature and initials.

32/8

8.7.2 O ressarcimento a que se refere o item 8.7.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da entrega à Emissora das cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures, as quais deverão ser anexadas às notas de débito respectivas e encaminhadas uma vez por mês à Emissora, juntamente com o documento de cobrança relativo à Remuneração devida ao Agente Fiduciário.

8.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4 As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) extração de certidões Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitado o limite acordado com a Emissora;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;



22/1344

Handwritten signature.

- 31
- (v) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
  - (vi) despesas com *conference call* e contatos telefônicos.

8.7.5 O reembolso será solicitado pelo Agente Fiduciário mensalmente.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembléia geral de debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 9.1. Convocação

- 9.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ou pela CVM.
- 9.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa mencionados no item 4.13, nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 9.1.3 As Assembléias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 9.1.4 Para os casos não previstos na presente Cláusula, aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembléias gerais de acionistas.

### 9.2. Quorum de Instalação

- 9.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação, conforme definido item 9.2.3 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



304

9.2.2 Para fins da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3, o quórum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas

9.2.3 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora ou de controladas da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como administradores, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados, ainda, votos em branco.

### 9.3. Mesa Diretora

9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou aquele que for designado pela CVM.

### 9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.4.2 e 9.4.3 abaixo, no item 8.3.4 ou quando não houver quorum específico definido, todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

9.4.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura.

9.4.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito desta Escritura, observados os quoruns estabelecidos, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.4 As alterações na Remuneração, prazos de vencimento e amortização das Debêntures deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



Handwritten signature and initials.

- 330
- 9.4.5 As alterações a qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

**CLÁUSULA X**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

10.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) as informações prestadas até a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (f) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) em seu melhor conhecimento, as demonstrações financeiras auditadas representam de maneira adequada a posição financeira da Emissora nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora, em seu melhor conhecimento, está cumprindo, em seus aspectos relevantes, as leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação às leis e regulamentos que estejam sendo contestados pela Emissora ou para os



Handwritten signature.

34

quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

- (i) exceto pelas contingências informadas durante o processo de *due diligence*, no qual foram analisadas ações judiciais de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou procedimento arbitral que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante no pagamento da remuneração devida aos Debenturistas;
  - (j) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento de conhecimento da Emissora que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados que possam afetar de forma materialmente relevante a Emissão;
  - (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.
  - (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
  - (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por sua livre vontade; entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
  - (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
  - (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão, exceto com relação ao registro das Debêntures junto à JUCERJA, ao SDT e ao SND.
- 10.2. A Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário de quaisquer danos, perdas, custos e/ou despesas (inclusive custas judiciais e honorários advocatícios), desde que diretos e conforme estipulado em decisão judicial transitada em julgado, que sejam incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima, observado o prazo de cura indicado na Cláusula 6.1 (viii). Em nenhuma hipótese desta Escritura, a Emissora será



Handwritten signature.



35/11

responsável por indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por danos indiretos e/ou lucros cessantes.

## CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

### 11.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.**

Rua da América, 210 – Santo Cristo

CEP 20220-590 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2111-9529 ou (21) 2111-9585

At.: Luiz Vogel ou Edson Assunção

E-mail: [luiz.vogel@supervia.com.br](mailto:luiz.vogel@supervia.com.br) ou [edson.assuncao@supervia.com.br](mailto:edson.assuncao@supervia.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca

CEP 22640-102 Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3385-4565

At.: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:**

**Banco Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar

At.: Sr. Douglas de Castro Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Correio Eletrônico: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para Agente Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

At.: Sr. Douglas de Castro Callegari

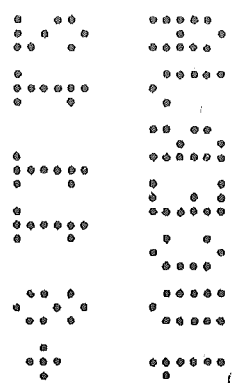
Telefone: (11) 2797-4431

Correio Eletrônico: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar - São Paulo – SP



Handwritten signature and initials.

CEP 01452-002 - São Paulo - SP  
Tel: (11) 3111-1400  
At.: Gerência de Valores Mobiliários - GEVAM  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

#### 11.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 11.3. Despesas

Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

#### 11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

#### 11.5. Aditamentos

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário e inscritos na JUCERJA.

#### 11.6. Disposições Gerais



11.6.1 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.

11.6.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário partirá do pressuposto que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.6.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral

#### 11.7. Cômputo dos Prazos

Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra específica prevista no Artigo 132 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### 11.8. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II – Requisitos, acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.



Handwritten signature and initials.

11.9. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10. Foro

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2012.

**SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

Nome: CARLOS JOSÉ VIEIRA MACHADO DA CUNHA  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: LUIZ OTÁVIO SALGADO VOGEL  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA  
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES FIDUCIÁRIAS II

Testemunhas:

Nome: EDSON JOSÉ BRANDÃO XAVIER  
Cargo: GERENTE DE CONTRATAÇÃO

Nome: RAFAEL ARAÚJO  
Cargo: ESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA

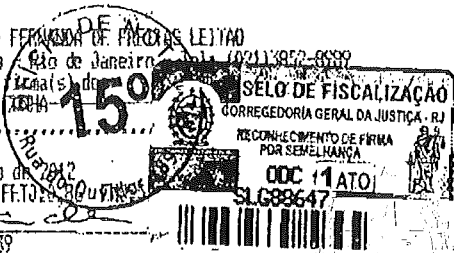
15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO  
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - (021) 3052-8989  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA

SELO(S): SLH18938  
Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2012  
FUNFERJ:0,21 FUNDEFERJ:0,21 FETJ:0,06  
Em Testemunho,  
082 - MICHEL LARNER - 99-14439

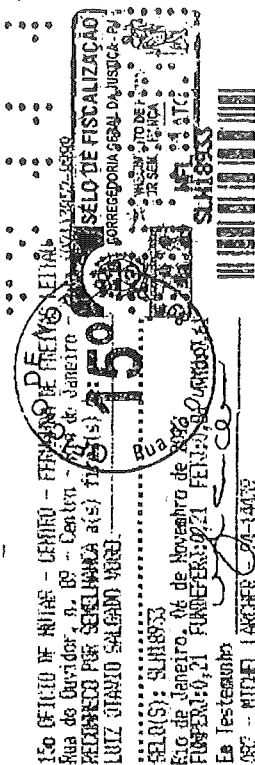


15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO  
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - (021) 3052-8989  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
CARLOS JOSÉ VIEIRA MACHADO DA CUNHA

SELO(S): SLG88647  
Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2012  
FUNFERJ:0,21 FUNDEFERJ:0,21 FETJ:0,06  
Em Testemunho,  
082 - MICHEL LARNER - 99-14439



15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO  
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - (021) 3052-8989  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
LUIZ OTÁVIO SALGADO VOGEL  
SELO(S): SLH18938  
Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2012  
FUNFERJ:0,21 FUNDEFERJ:0,21 FETJ:0,06  
Em Testemunho,  
082 - MICHEL LARNER - 99-14439



00-2012/384829-6 06 nov 2012 16:53  
 JUCERJA Guia: 100591682  
 3330026105-2 Ato: 980  
 SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO  
 S/A  
 Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 397,00 Pago: 423,00  
 mesmo local da entrada, DNRC » Calculado: 0,00 Pago: (21,00)  
 ULT. ARQ.: 00002403455 26/10/2012 301

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
 Nire: 33.3.0026105-2  
 Protocolo: 00-2012/384829-6  
**CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº**  
**ED33000370-5/000**  
 DATA: 08/11/2012  
 Valéria G. M. Serra  
 SECRETÁRIA GERAL

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S/A  
 Nire: 33.3.0026105-2  
 Protocolo: 00-2012/384829-6 - 08/11/2012  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/11/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
 E DATA ABAIXO.  
**ED33000370-5/000**  
 DATA: 08/11/2012  
 Valéria G. M. Serra  
 SECRETÁRIA GERAL

